



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mex de Atuação:
A Santander Capitalização, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de Capitalização sendo suas operações voltadas em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, instrumento de garantia e incentivo.

Desempenho Econômico - Financeiro
Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$425 milhões (31/12/2020 - R\$366 milhões). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$365 milhões (R\$1/12/2020 - R\$273 milhões) e províões técnicas de capitalização de R\$5,0 bilhões (31/12/2020 - R\$3,9 bilhões).

Conjuntura Econômica
Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander (Controlador Indireto da Santander Capitalização) observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado - a mediana

das estimativas indicava expansão trimestral desazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemnou a variação interanual do IPCA atingir 10,06%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023. Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a eila encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,70/US\$. Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e 2) aumento

dos casos de coronavírus em virtude da nova variante ômicron (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

Outras Informações
A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		761.175	680.774	
Arrecadação com Títulos de Capitalização		3.812.917	3.399.087	
Variação da Provisão para Resgate		(3.051.742)	(2.658.313)	
Resultado com Sorteios		(85.184)	(67.049)	
Custos de Aquisição		(40)	(6)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15	(21.322)	(116.440)	
Outras Receitas Operacionais		44.980	52.720	
Outras Despesas Operacionais		(66.302)	(169.160)	
Despesas Administrativas		(26.839)	(32.245)	
Serviços de Terceiros		(1.002)	(713)	
Localização e Funcionamento		(4.441)	(10.239)	
Publicidade e Propaganda		(4.815)	(2.833)	
Publicações		(248)	(14)	
Donativos e Contribuições		(6.430)	(8.819)	
Despesas Administrativas Diversas		(9.903)	(9.627)	
Despesas com Tributos	17	(34.716)	(32.288)	
Resultado Financeiro	18	29.217	24.494	
Receitas Financeiras		295.735	212.619	
Despesas Financeiras		(267.518)	(188.125)	
Resultado Patrimonial	19	897	941	
Receitas com Imóveis Destinados a Renda		917	981	
Despesas com Imóveis Destinados a Renda		(20)	(40)	
Resultado Operacional		622.428	458.181	
Resultado antes dos Impostos		622.502	449.641	
Imposto de Renda	20.d	(147.832)	(109.536)	
Contribuição Social	20.d	(109.519)	(67.032)	
Lucro Líquido		365.151	273.073	
Número de Ações (Mil)	14.a	64.615	64.615	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		5,65	4,23	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido		365.151	273.073	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros		-	-	-
Disponíveis para Venda	5.c	(313.910)	16.168	
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20.c	125.564	(3.682)	
Resultado Abrangente		176.805	285.559	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		365.151	273.073	
Atenuação de Investimento		-	-	-
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	10.c	(16)	51	
Atualização Monetária	10.c	11	9	
Impostos Diferidos	20.e	(82)	(42)	
Atualização de Impostos a Compensar	18	-	(273)	
Variações em Ativos e Passivos		(243.603)	16.208	
Aplicações		(1.381.771)	(1.289.324)	
Títulos e Créditos a Receber		1.401	21.716	
Outros Valores e Bens		(1.227)	-	
Contas a Pagar		292.885	156.748	
Débitos das Operações com Capitalização		918	(2.896)	
Depósitos de Terceiros		(17)	(12)	
Provisões Técnicas - Capitalização		1.081.767	1.264.283	
Outros Débitos		(300)	(387)	
Imposto Pago		(237.258)	(112.920)	
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		120.571	289.066	
Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimento		1.968	170	
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		1.968	170	
Atividades de Financiamento				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprios pagos	14.b	(118.200)	(294.324)	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(118.200)	(294.324)	
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		4.339	(5.088)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4&21.c	13.025	18.113	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4&21.c	17.364	13.025	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
1. Contexto Operacional	A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - CJ. 201, parte, bloco 2, Cond. Wtorre JK - Via Nova Conceição - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e normas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos. As operações da Santander Capitalização são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços são compartilhados entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.			
A Santander Capitalização está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia.				
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022.			
a) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de dezembro de 2021	Na data de preparação destas demonstrações financeiras não foram adotados ou aprovados novos pronunciamentos e interpretações pela Susep que tenham impactos na Santander Capitalização.			
b) Estimativas Contábeis	Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:			
• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros não discutidos na Nota 3-e;				
• Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber não discutidos na Nota 3-f;				
• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ágio) são discutidos na Nota 3-i e j;				
• A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-i e j;				
• Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-j;				
• Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l e				
• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.				
As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, são:				
• Mudanças nas taxas de juros;				
• Mudanças nos índices de inflação;				
• Regulamentação governamental e questões fiscais;				
• Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;				
• Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;				
• Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e				
• Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.				
3. Principais Políticas Contábeis				
a) Apuração do Resultado	O regime contábil de apuração do resultado é de competência exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.			
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação	As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Capitalização.			
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo	São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.			
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.				
d) Caixa e Equivalentes de Caixa	Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.			
e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros				
Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros				
i. Definições	"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.			
"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.				
ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração	Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.			
Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:				
• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e inclui derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.				
• Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.				
"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.				
• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das				

BALANÇO PATRIMONIAL				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo Circulante		3.505.383	945.072	
Disponível	4&21.c	17.364	13.025	
Caixa e Bancos		17.364	13.025	
Aplicações		3.486.722	930.542	
Títulos de Renda Fixa	5.a	3.486.722	930.542	
Títulos e Créditos a Receber		70	1.505	
Títulos e Créditos a Receber	21.c	-	85	
Créditos Tributários e Previdenciários	6	-	1.356	
Outros Créditos		70	64	
Outros Valores e Bens		1.227	-	
Ativo não Circulante		2.066.034	3.476.842	
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.932.913	3.342.644	
Aplicações		1.849.004	3.337.323	
Títulos de Renda Fixa	5.a	1.849.004	3.337.323	
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326	
(-)Redução do Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.326)	
Títulos e Créditos a Receber		83.909	5.321	
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	81.048	2.495	
Depósitos Judiciais	7	2.861	2.826	
Permanente		133.121	134.198	
Investimentos		-	1.247	
Imóveis Destinados à Renda		-	1.247	
Outros Investimentos		1.077	1.077	
(-) Redução ao Valor Recuperável		(1.077)	(1.247)	
Imobilizado		-	-	
Bens Móveis		-	(1)	
(-) Depreciação		-	(1)	
Intangível	8	133.121	133.121	
Outros Intangíveis		133.121	133.121	
Ágio de Incorporação		133.121	133.121	
Total do Ativo		5.571.417	4.421.914	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		140.900	28.180	-	57.125	-	341.354
Aumento de Capital	14.a	85.149	-	-	(85.149)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	12.486	-	12.486
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	14.b	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	273.073	273.073
Destinações:							
Dividendos Intercalares	14.b	-	-	-	-	(231.000)	(231.000)
Reservas Estatutárias	14.b&c	-	13.654	28.419	-	(42.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		226.049	13.654	(66.730)	69.611	365.913	24.



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	17.364	13.025	18.113
Total	17.364	13.025	18.113

As informações relativas a 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais da Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Patrimônio Líquido		Valor Contábil	% do Total
			31/12/2021	31/12/2020		
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a.	PRE 2.668.884	(106.701)	2.562.183	48,0%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a.	PRE 1.004.447	(91.412)	913.035	17,1%	
Total		5.533.618	(197.892)	5.335.726	100,0%	

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Patrimônio Líquido		Valor Contábil	% do Total
			31/12/2021	31/12/2020		
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,5 a.a.	PRE 960.446	(448)	959.998	22,5%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,99% a 11,50% a.a.	PRE 2.009.724	62.664	2.072.388	48,5%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a.	PRE 1.181.675	53.804	1.235.479	29,0%	
Total		4.151.845	116.020	4.267.865	100,0%	

b) Composição por Prazo de Vencimento

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.633.808	928.375	-	2.562.183
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	257.078	655.957	913.035
Total	3.486.722	1.193.047	655.957	5.335.726

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 18)	Ajustes ao Valor de Mercado no Patrimônio Líquido	Saldo em 31/12/2021
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	959.998	2.445.441	(1.661.207)	115.644	632	1.860.508
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.072.388	507.046	-	153.155	(170.406)	2.562.183
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.235.479	-	(185.353)	7.045	(144.136)	913.035
Total	4.267.865	2.952.487	(1.846.560)	275.844	(313.910)	5.335.726

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no ativo realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.326 (31/12/2020 - R\$8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$8.326 (31/12/2020 - R\$8.326).

e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de Renda Fixa	5.335.726	4.267.865
Total de Cobertura	5.335.726	4.267.865
Provisões Técnicas (Nota 13)	(4.966.950)	(3.885.163)
Total de Excedente	368.776	382.682

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Tributários (Nota 20.a)	81.048	2.495
Contribuição Social a Compensar	-	1.356
Total	81.048	3.851

7. Depósitos Judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	2.828	2.793
Trabalhistas	20	20
Cíveis	13	13
Total	2.861	2.826

8. Intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Ágio na aquisição da Real Capitalização	133.121	133.121
Total	133.121	133.121

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:

Base para Determinação do Valor Recuperável
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1) Valor em Uso: Fluxos de Caixa 5 Anos
 Taxa de Crescimento 3,8%
 Taxa de Desconto (2) 15,8%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada anualmente com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Em 31 de dezembro de 2021 a taxa de desconto antes de impostos é de 19,33%. Em 31 de dezembro de 2021 não foi identificada evidência objetiva de impairment.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	87.975	65.742
Contribuição Social	78.010	48.074
Pis e Cofins	2.886	2.356
Total	168.871	116.172

10. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	402	393
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	27	29
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	429	12
Total	429	434

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2021				01/01 a 31/12/2020			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial	393	-	12	350	28	-	-	28
Constituição Líquida de Reversão	(4)	(12)	-	(16)	(1)	-	-	(1)
Atualização Monetária	9	2	-	11	2	-	-	2
Baixas por Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	402	27	-	393	29	-	-	29
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cível Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2021, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$5.187 (31/12/2020 - R\$5.061), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

11. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 15), registrados no passivo circulante.

12. Depósitos de Terceiros

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2021	31/12/2020
De 0 a 30 Dias	17	40
De 31 a 60 Dias	8	16
De 61 a 120 Dias	2	9
De 121 a 180 Dias	8	2
De 181 a 365 Dias	12	7
Superior a 365 Dias	241	231
Total	288	305

13. Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
Saldo Inicial em 31/12/2020	3.871.210	13.973	3.885.183
Constituição	3.051.742	85.184	3.136.926
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	244.913	29	244.942
Baixas	(2.213.262)	(86.839)	(2.300.101)
Saldo Final em 31/12/2021	4.954.603	12.347	4.966.950

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
Saldo Inicial em 31/12/2019	2.608.564	14.336	2.622.900
Constituição	2.658.312	67.049	2.725.361
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	171.766	15	171.781
Baixas	(1.565.432)	(67.427)	(1.632.859)
Saldo Final em 31/12/2020	3.871.210	13.973	3.885.183

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é composto por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de março de 2020 foi aprovado o aumento de capital social sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do excesso proveniente da conta Reserva para Equalização de Dividendos no valor de R\$85.149.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Santander Capitalização.

Dividendos e juros sobre o Capital Próprio Pagos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
2020					
Dividendos (1)	33.324	-	33.324	0,515732	0,515732
Dividendos (2)	30.000	-	30.000	0,464288	0,464288
Dividendos (3)	71.000	-	71.000	1,098816	1,098816
Dividendos (2)	160.000	-	160.000	2,476205	2,476205
Total	294.324	-	294.324		
2021					
Dividendos (4)	6.000	-	6.000	0,092858	0,092858
Juros sobre Capital Próprio (5)	12.200	1.830	10.370	0,188811	0,160489
Dividendos (6)	100.000	-	100.000	1,547628	1,547628
Total	118.200	1.830	116.370		

(1) Em 31 de dezembro de 2019, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado do exercício de 2019, pagos em março 2020.

(2) Em 19 de junho de 2020, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos, o pagamento foi imediato.

(3) Em 19 de junho de 2020, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de 31 de maio de 2020, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2020.

(4) Em 30 de março de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de fevereiro de 2021, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2021. O pagamento foi imediato.

(5) Em 30 de março de 2021, foi aprovado a distribuição e o pagamento Juros sobre o Capital Próprio, com base no balanço de fevereiro de 2021, com pagamento a partir de 30 de maio de 2021 e imputados ao montante total de dividendos do exercício de 2021.

(6) Em 29 de junho de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de maio de 2021, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2021. O pagamento foi imediato.

(7) Em 22 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de 30 de novembro de 2020, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios sobre o resultado do exercício de 2020. O pagamento foi imediato.

c) Reserva Legal

Estatutariamente reserva-se a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisado anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao Capital Social serão abordados em Assembleia Geral, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

e) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2
--	---------

Continuação	
	
CNPJ nº 03.209.092/0001-02	
DIRETORIA EXECUTIVA	
DIRETOR SUPERINTENDENTE Paolla Gray Caldas	
DIRETORES EXECUTIVOS Ramon Sanchez Diez	
Amancio Acúrcio Gouveia	Vivian Freire de Oliveira
CONTADOR	
Diego Santos Almeida - CRC Nº SP 316054/ O-4	
ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO - Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397	
DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO - Amancio Acúrcio Gouveia	

PARECER DOS ATUARIAIS INDEPENDENTES

Parecer dos atuários independentes
Aos Administradores e Acionistas da
Santander Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Santander Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da

Santander Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.

04711-904

São Paulo - SP - Brasil

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Mensuração das provisões técnicas de capitalização (PMC e PR - Notas 3(I) e 13)

A Companhia registrou obrigações decorrentes de operações de títulos de capitalização que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e (ii) Provisão para Resgate (PR).

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas envolve incertezas inerentes às coberturas dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas e rentabilidade financeira.

Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras, alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia.

Efetuamos, também, reconciliação dos registros oficiais de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais, em bases amostrais, das arrecadações e resgates no exercício em análise.

Com o apoio de nossos especialistas, testamos a totalidade e integridade das bases de dados diretamente utilizadas nas análises e a movimentação dos fluxos da Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e Provisão para Resgate (PR).

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação e constituição das provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas são consistentes e estão

Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Santander Capitalização S.A. está inserida dentro do ambiente de tecnologia do Banco Santander (Brasil) S.A., controlador indireto da Companhia.

O Banco Santander tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações de auditoria sempre detectam as eventuais distorções razoáveis; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes

Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 25/02/2022 18:22

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16457377202fc427d063d8409d9ef81cbfce8ca39c